

Desafios da exploração e comercialização do cipó-titica no Amapá

Marina Souza Tavares Batista¹, Débora Dalmolin Ciarnoschi², João Nelson Nascimento Silva Júnior³, Ana Cláudia Lira-Guedes⁴ e Marcelino Carneiro Guedes⁵

¹ Graduada em Ciências Ambientais, bolsista do projeto Kamukaia na Embrapa Amapá, Macapá, AP

² Graduada em Engenharia Florestal, colaboradora da Embrapa Amapá, Macapá, AP

³ Engenheiro Florestal, mestrando em Biodiversidade Tropical, colaborador da Embrapa Amapá, Macapá, AP

⁴ Engenheira-agrônoma, doutora em Ciências da Engenharia Ambiental, pesquisadora da Embrapa Amapá, Macapá, AP

⁵ Engenheiro florestal, doutor em Recursos Florestais, pesquisador da Embrapa Amapá, Macapá, AP

2018

IV Jornada Científica



Por ser uma fibra utilizada por artesãos locais e indústrias moveleiras, principalmente da região sul e sudeste do país, existe alta demanda por cipó-titica. Assim, o Governo do Amapá, em 2001, iniciou a elaboração de um aparato legal na tentativa de conter a exploração desenfreada do cipó. Por este motivo, objetivou-se analisar o cenário referente à comercialização e exploração de cipó-titica no Amapá. A pesquisa foi realizada em 2016, por meio de entrevistas com formulário semiestruturado, no interior dos municípios de Macapá, Mazagão, Porto Grande, Serra do Navio, Tartarugalzinho e Pedra Branca. Foram entrevistados 13 agroextrativistas, 4 atravessadores e 12 artesãos. O estudo revelou que o cipó-titica foi importante complemento de renda familiar para o agroextrativista, mas dificuldades relacionadas ao licenciamento, à comercialização e ao transporte, vêm impelindo ao abandono da atividade. Alguns agroextrativistas ainda praticam a extração de forma ilegal, e, conseqüentemente ilegalidade na comercialização e no transporte. Dos atravessadores, apenas um possuía licença para transportar o cipó. A variação no preço pago pelos atravessadores aos agroextrativistas foi de R\$1,50 kg⁻¹ (com casca) a R\$ 10,00 kg⁻¹ (beneficiado – sem casca e seco). Em média, o atravessador paga ao agroextrativista R\$ 4,50 kg⁻¹ pelo cipó beneficiado. Os atravessadores vendem o cipó para os artesãos locais por R\$ 6,50 kg⁻¹, enquanto que para compradores de outros estados, o preço sobe para R\$ 15,00 kg⁻¹. Com isso, os artesãos locais têm dificuldade em obter matéria-prima, principalmente legalizada. Com exceção de Tartarugalzinho, a situação é agravada pela falta de local para elaborar, expor e comercializar as peças manufaturadas, obrigando-os a migrarem para outras atividades. Isso demonstra que, embora tenha havido um esforço do governo no sentido de impedir a saída do cipó in natura, continua havendo a exportação desse recurso para fora do estado, que deveria estar abastecendo o mercado interno e contribuindo para o desenvolvimento do Amapá.

Agradecimentos: À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP), Universidade do Estado do Amapá (UEAP) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), pelo apoio.

Palavras-chave: *Heteropsis flexuosa*, manejo sustentável, licenciamento.